

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55.068 - AM (2017/0209198-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR : VITOR HUGO MOTA DE MENEZES E OUTRO(S) - AM001675
RECORRIDO : JONATHAN SIMON ARRUDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JONATHAN SIMON ARRUDA DE OLIVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - AM008229

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto pelo **ESTADO DO AMAZONAS** contra acórdão do respectivo Tribunal de Justiça.

Na origem, constata-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia em desfavor dos réus Emanuel Pissango Vidal, Jelro Pissango Daniel, José Miguel Pipa Almeida e Klebson de Souza Oliveira.

Verificando a ausência de defensor constituído, o Juízo de Direito da Comarca de Jutai/AM nomeou advogado dativo para atuar no feito.

Irresignado, o Estado do Amazonas impetrou mandado de segurança na origem, objetivando a nulidade do ato pois a Defensoria Pública Estadual não foi previamente intimada.

O Tribunal *a quo* denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. PRÉVIA OITIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA NO LOCAL ONDE TRAMITA O FEITO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ELENCADOS PELO STJ. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. CELERIDADE. TUTELA JURISDICIONAL TEMPESTIVA. SEGURANÇA DENEGADA.

I - De acordo com o entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça, é dever do Poder Judiciário nomear defensor dativo (assegurando-lhe o direito de perceber honorários custeados pelo Estado) quando o órgão da Defensoria Pública se revele (i) ausente ou (ii) insuficiente na respectiva comarca.

II - Outrossim, é prescindível a oitiva prévia da Defensoria Pública. A uma, não há, na Lei n.º 8.906/1994, a obrigatoriedade expressa de intimação prévia da Defensoria Pública na hipótese em apreço. A duas, o Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o artigo 22, § 1.º, da Lei n.º 8.906/1994, também não erigiu a oitiva da Defensoria Pública à condição de nomeação de defensor dativo. A três, a obrigatoriedade de oitiva prévia da Defensoria Pública, quando inexistente na comarca onde tramita o feito, transformaria em letra morta a totalidade dos princípios constitucionais ligados ao tempo fisiológico do processo.

III - Segurança denegada." (e-STJ, fl. 108).

Daí o presente recurso, em que renova o recorrente a tese de nulidade ao argumento que "(...) a Defensoria Pública da Comarca deveria ter sido intimada, ou em

caso não havendo, deveria ser oficiada a Defensoria Pública do Estado do Amazonas, a fim de que disponibilizasse defensor da comarca mais próxima para atender o réu, ou se ainda, designaria até mesmo um membro da capital para manifestação/comparecimento nos atos processuais da presente demanda." (e-STJ, fl. 131).

Aduz que "Esse procedimento se faz necessário porque a nomeação de defensor dativo, só deve ser realizada em casos de excepcionalidade e diante da ausência de manifestação da DPE (quando intimada), justamente porque sem essa prévia, o defensor ad hoc onera o Estado indevidamente, comprometendo os limites do aparelhamento financeiro do mesmo." (e-STJ, dl. 131-132).

Requer o provimento do recurso para fins de reformar o acórdão prolatado pelo TJAM, com a anulação da decisão que determinou a nomeação do defensor dativo sem a prévia intimação da Defensoria Pública nos autos da Ação Penal n. 0001258-79.2012.8.04.0033.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso ordinário.

É o relatório.

Decido.

Consoante relatado, o cerne da presente interposição consiste em verificar se há ilegalidade na decisão do Juízo de Direito da Comarca de Jutai que, diante da ausência de defensor constituído pelo réu, determinou a nomeação de advogado dativo, sem prévia intimação da Defensoria Pública Estadual.

Acerca da questão, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas assim consignou:

"(...).

A quizila em epígrafe cinge-se em examinar a legalidade da nomeação de defensor dativo para atuar nos autos da Ação Penal n.o 0001258-79.2012.8.04.0033, realizada pelo Juízo de Direito da Comarca de Ju- tai/AM.

De acordo com o entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça, é dever do Poder Judiciário nomear defensor dativo (assegurando-lhe o direito de perceber honorários custeados pelo Estado) quando órgão da Defensoria Pública se revele (i) ausente ou (ii) insuficiente na respectiva comarca. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO.CONDENACÃO DO ESTADO NO PAGA- MENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. DEFENSORIA PÚBLICA. AUSENTE.

1. Deve o Estado arcar com o pagamento de honorários advocatícios ao defensor dativo, nomeado pelo juiz ao réu juridicamente necessitado, quando inexistente ou insuficiente Defensoria Pública na respectiva Comarca.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 685.788/MA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009) (destaquei)

(...)

No caso vertente, não se constata a ilegalidade suscitada.

Em consulta ao sítio eletrônico da DPE/AM1, depreende-se que, à época do ato de nomeação ora impugnado (29/05/2013), a Defensoria Pública não atuava na comarca de Jutai. Há no referido endereço eletrônico matéria jornalística intitulada "Instalação da

Defensoria Pública em Jutai é assegurada em Termo de Cooperação", mediante a qual noticia-se assinatura de Termo de Cooperação entre a DPE/AM e o Município de Jutai, no dia 24/02/2014, com a finalidade de proporcionar "a instalação de uma unidade do órgão no município para oferecer os serviços de assistência jurídica gratuita à população".

Na citada reportagem, o Exmo. Sr. Defensor Público-Geral do Estado do Amazonas informa que a unidade da Defensoria Pública em Jutai seria instalada no fim do mês de março de 2014, "uma vez que o defensor público será designado para a comarca após a conclusão do Estágio de Adaptação à Carreira". A conjuntura em comento, portanto, enquadra-se perfeitamente à hipótese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em última ratio, quanto à necessidade de intimação prévia da Defensoria Pública, também não assiste razão ao impetrante.

A uma, consoante destacado na decisão indeferitória da liminar, não há, na Lei n. 8.906/1994, a obrigatoriedade expressa de intimação prévia da Defensoria Pública nos casos de nomeação de defensor dativo.

A duas, o Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o artigo 22, § 1.º, da Lei n.º 8.906/1994, também não erigiu a oitiva da Defensoria Pública à condição de nomeação de defensor dativo. Em conformidade com os arestos acima colacionados, a referida nomeação é condicionada apenas à ausência ou insuficiência da Defensoria Pública na comarca onde tramita o feito, o que ficou demonstrado na espécie.

A três, a obrigatoriedade de oitiva prévia da Defensoria Pública, quando inexistente na comarca onde tramita o feito, transformaria em letra morta a totalidade dos princípios constitucionais ligados ao tempo fisiológico do processo. Importaria inquestionável dilação indevida da tramitação do feito, em afronta à celeridade, razoável duração e tempestividade da prestação jurisdicional.

(...).

Por tudo quanto exposto, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial (fls. 33/43), denego a segurança pleiteada." (e-STJ, fls. 112-116 - com grifos).

A instituição da Defensoria Pública é reconhecida pelo art. 134 da CF/1988 como essencial à função jurisdicional do Estado, dado o seu relevante papel na garantia de efetivo acesso à justiça aos necessitados.

Como expressão e instrumento do regime democrático, essa grande Instituição deve promover, fundamentalmente, a orientação jurídica, os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Sobre o tema, a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, em consonância ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, apregoa que a assistência jurídica aos hipossuficientes será prestada preferencialmente pela Defensoria Pública, sendo que, na ausência ou desaparecimento deste órgão na comarca, ou se não estiver devidamente organizado na localidade, havendo desproporção entre os assistidos e os respectivos defensores, tal mister poderá ser desempenhado por advogado dativo, cujos

honorários serão pagos pelo ente estatal.

Nesse sentido: AgRg no REsp 1.453.363/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 13/6/2014; RHC n. 106.394/MG, PRIMEIRA TURMA, Rel. Min. EOSA WEBER, DJe de 08/02/2013 e HC n. 337.754/SC, QUINTA TURMA, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe de 26/11/2015.

No caso dos autos, conforme registrado pela Corte de origem, na época dos fatos (29/5/2013), não era possível uma atuação efetiva da Defensoria Pública Estadual, pois a sua implementação na Comarca de Jutai ocorreu apenas no fim do mês de **março/2014**, o que a tornava incapaz de suprir a demanda (e-STJ, fl. 113).

Assim, não há como vislumbrar ilegalidade no ato de nomeação do advogado *ad hoc* pelo Juízo daquela comarca, dada a situação de insuficiência da Defensoria Pública à época dos fatos, atestada pelo Tribunal de Justiça no acórdão referenciado, e inviável de ser discutida nesta via mandamental.

Não se verifica, ademais, hipótese de teratologia ou abuso de poder no conteúdo da decisão atacada.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego seguimento** ao recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator